INTERESSADA:- Secretaria da Educação

ASSUNTO :- Projeto Minerva - Curso Supletivo

RELATOR :- Cons. José Borges dos Santos Júnior

PARECER CEE Nº 179/77 - CPG - Aprov. em _____/77

Com. ao Pleno 16-03/77

I - RELATÓRIO

I. HISTÓRICO:-

Encaminhado pelo Gabinete de S.Excia. o Senhor Secretário dos Negócios da Educação, volta a este Conselho o Proc. CEE nº 0796/76 apresentando novo projeto de aplicação do Projeto Minerva, fase II. Trata-se de Curso Supletivo, modalidade suplência, ao nível - das quatro últimas séries do ensino de 1º Grau - mediante Convênio entre a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SE), o Serviço de Radiodifusão Educativa do Ministério da Educação e Cultura (S.R.E.), sob a coordenação do Programa Nacional de Teleeducação (PRONTEL) sob a interveniência do Projeto Minerva do que couber.

O Proc. nº 0796/76 já subiu a este Conselho para que se pronunciasse sobre a realização da 1ª aplicação do Projeto Minerva, tendo sido objeto do Parecer CEE nº 705/76, da lavra da Eminente Conselheira Maria da Imaculada Leme Monteiro.

O referido parecer que foi aprovado unanimemente pelo Plenário, expôs e analisou meticulosamente os termos do Convênio e o plano do Curso, concluindo pela autorização, em caráter excepcional, de exames especiais, ao nível de conclusão de curso de ensino do 1º Grau, para os alunos que constituíram a clientela da 1ª aplicação do projeto, no período de 7/4 de 1975 a 18/6 de 1976.

O Processo volta agora a este Egrégio Conselho apresentando o seguinte projeto:

- 2.01 - O presente projeto visa implantar no Estado de São Paulo Curso Supletivo, modalidade suplência, ao nível da 5ª à 8ª série do ensino de 1º grau por meio da combinação de meios não convencionais de ensino - rádio, fascículo - e radioposto - sob a responsabilidade do Projeto Minerva e do Serviço de Ensino Supletivo - Divisão de Currículo - Coordenadoria - de Estudos e Normas Pedagógicas/Secretaria da Educação, com avaliação no processo, a fim de complementar os estudos da população, com 14 anos ou mais, que deixou de concluir a escolaridade regular. Este curso foi aprovado pelo Parecer CFE nº 392/73".

2.02 - À apresentação segue-se a justificativa fundamentada em elementos ponderáveis, tais como:

A ênfase dada ao ensino Supletivo, tanto na forma de cursos como de exames, da Lei 5692/71; a ação normativa do C.E.E. na área do Supletivo, com destaque da menção feita no Art. 25

da Del. C.E.E. 14/73, a Del. C.E.E. 21/72, a Del. 15/74; o empenho de fazer chegar o ensino ao homem, onde quer que ele se encontre"; a parte da população que completou somente o Primário e se vê urgida para chegar a um nível de conhecimento que permita acesso a atividades profissionais mais compensadoras, os evadidos do antigo Curso Ginásial; o número de inscritos para os Exames Supletivos de 1º Grau, que subiu a mais de 140.000 candidatos, conforme os dados do S.E.S. do DRHV- indicando um potencial de clientela que urge atender.

2.03 - O Projeto apresenta os objetivos que atendem ao objeto geral da Educação, nos termos exatos do Art. 1º da Lei 5692/71 e aos específicos que visam ao cumprimento dos dispositivos da mesma Lei 5692 referentes ao Ensino Supletivo.

2.04 - Entre os "requisitos" destacam-se os seguintes:

1º-Elaborar o projeto e o plano do Curso.

2º-Submeter à Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas, para aprovação.

3º-Apresentar à Secretaria da Educação, para aprovação.

4º e 5º-Para o mesmo fim de aprovação apresentar ao Conselho Estadual e ao Projeto Minerva/ SRE-MEC.

6º - 7º e 8º-Alocar recursos materiais, financeiros, preparar e alocar recursos humanos.

9º - Emitir o Curso pelo rádio.

M E T A S

Atender a 9.800 alunos em Curso Supletivo, modalidade suplência, em nível das quatro últimas séries do 1º grau, de audiência organizada, com avaliação no processo.

Atender a uma audiência controlada interessada em exames Supletivos, modalidade suplência, em nível de 1º grau, sem avaliação no processo.

Instalar 245 radiopostos e prover os seus respectivos, monitores.

Inscrever, aproximadamente, 40 alunos em cada um dos radiopostos distribuídos em todo o Estado.

Atender aos alunos em 283 dias letivos, com distribuição de fascículos, aulas de rádio e atividades no radioposto, com avaliação no processo.

Preparar para Exames Supletivos 15.000 pessoas no Estado de São Paulo, através de audição livre das 615 aulas emitidas, mas sob controle, por meio da inscrição para distribuição de fascículo.

Ministrar um curso, por meio de rádio, fascículos e radioposto com duração de 247 horas e 30 minutos, atendendo a 345 radiopostos, com capacidade média de 40 alunos cada um, a 9.800 alunos, com avaliação no processo.

Emissão de um Curso Supletivo com 615 aulas de rádio, com duração de 141 horas e 15 minutos, e distribuição de fascículos para 15.000 pessoas inscritas em postos de recepção de fácil acesso.

Atender um público em geral interessado em rever e ampliar os seus conhecimentos, utilizando a supracitada emissão de um Curso Supletivo de 615 aulas de rádio.

Compete à Secretaria da Educação o planejamento e execução do processo.

2 - APRECIÇÃO

2-01 - O novo Prometo proposto pelo Proc. CEE nº 0796/76, a julgar pelos termos da apresentação, tem por objetivo "implantar", no Estado de São Paulo, Curso Supletivo, modalidade suplência, ao nível das quatro últimas séries do Ensino de Primeiro Grau, por meio da combinação de meios não convencionais de ensino - rádio, fascículos e radioposto, etc..."

Não é, pois, o caso de medida temporária, a repetir-se periodicamente, quando julgada oportuna e exeqüível, autorizada a cada repetição, mas em caráter de continuidade ininterrupta, independentemente de novos pronunciamentos.

2-02 - Considerando-se:

1º - a importância dos objetivos visados na "implantação", bem como os elementos envolvidos na sua imediata execução, incluindo-se, entre eles, até mesmo a sua exeqüibilidade no momento;

2º - Considerando-se que medida de tal importância - a implantação " - requer, de um lado a realização de pelo menos mais uma aplicação do Projeto Minerva, Fase II, que permita observações o sugira modificações para melhor, no que se refere ao que compete executar pelo Sistema, sem prejuízo da observância das diretrizes gerais do Projeto Minerva;

3º - De outro lado, um prazo mais largo que inclua pelo menos duas aplicações da fase II do Projeto Minerva para que, à luz dos respectivos relatórios, possa o CEE apreciar as vantagens, as possibilidades, a oportunidade da implantação definitiva no Sistema;

4º - Considerando que não se pôde nem sequer apreciar o relatório do trabalho até agora realizado, parece que o assunto ainda não atingiu o grau de maturação que permita já pronunciamento sobre a "implantação".

Esse adiamento, entretanto, não impede, e até favorece a apreciação da parte da proposta que visa à realização de um "Curso Supletivo, modalidade suplência" - fase II do Projeto Minerva - nos termos em que vem apresentada e que se fará a seguir.

2-03 - O plano de estudos

2-03-01 Salvaguardadas as observações sobre a avaliação no processo, o limite mínimo de idade para a inscrição, ao nível mínimo de habilitação dos monitores, o Plano está em condições de ser aprovado por este Conselho, visto que atende à Legislação Federal e às Normas Estaduais.

2-04 - A avaliação no processo. Diz o Plano de Curso:

"As avaliações serão expressas em notas de 0 (zero) a 10 (dez) registradas nas fichas cumulativas individuais. O aluno será aprovado desde que obtenha 50% da escala de notas de aproveitamento, no mínimo, e frequência igual ou superior a 75% na disciplina ou área de estudo. Essa frequência poderá ser reduzida para até 60% quando o aluno revelar aproveitamento superior a 70% da escala de notas na disciplina ou área de estudo". Pág. 187

Em face desse dispositivo do Plano, os alunos que tiveram concluído o curso com aproveitamento suficiente estão dispensados de qualquer prova ou exame final, o que parece mais de acordo com melhor compreensão da Lei que, encarecendo o valor dos resultados obtidos durante o período letivo, já dispensa implicitamente o que, logo depois, julga e diz dispensável, aplicando-lhe esta expressão: "resultados da prova final, caso esta seja exigida".

2-05 - É o que diz o Art. 14 da Lei 5692/71 :

"A verificação do rendimento escolar ficará na forma regimental, a cargo dos estabelecimentos, compreendendo a avaliação de aproveitamento e a apuração de assiduidade."

§ 1º - Na avaliação do aproveitamento, a ser expressa em notas ou menções, preponderarão os aspectos qualitativos sobre os quantitativos, e os resultados obtidos durante o período letivo sobre os da prova final, caso esta seja exigida. (O grifo é do relator).

Ora, o Projeto Minerva no capítulo 4º quando trata da verificação da aprendizagem diz:

"A verificação da ~~aprendizagem~~ do aluno é feita através dos testes trimestrais e bimestrais, elaborados pela Coordenação de Atividades Educacionais e aplicados durante o Curso".

"O aluno que quiser obter um certificado de conclusão deve se inscrever e prestar exames supletivos finais junto aos Sistemas de Educação locais. Algumas Unidades Federadas promovem exames especiais para os alunos do Projeto Minerva, medindo os conteúdos ministrados nas aulas radiofonizadas". (Os grifos são do relator).

O Parecer CEE nº 392/73 diz:

"Aos Conselhos Estaduais, respeitada a autonomia que a L.D.B. lhes concedeu, caberá programar os exames supletivos, que serão o coroamento indispensável a obtenção dos ~~certificados~~ de conclusão do 1º Grau, dos alunos egressos de tais cursos supletivos" (os cursos do Projeto Minerva). (grifo do relator)

E adiante:

"Estão previstas formas de acompanhamento e avaliação do trabalho didático que seguramente propiciarão aos egressos do curso a realização, com sucesso, dos exames supletivos, fora do processo, para obtenção dos certificados de conclusão do ensino de 1º Grau. Esta avaliação final dentro dos critérios fixados pelos diferentes sistemas de ensino, representará o acréscimo de uma outra dimensão à função de suprimento oferecida pelo curso". (Doc. 148 -pág. 183)

Parece, então, claro que, não obstante a "verificação do aprendizado feita através dos testes trimestrais e bimestrais e da "avaliação no processo", os exames para obtenção de certificado de conclusão do 1º grau são exigíveis e indispensáveis aos alunos que concluem os Cursos do Projeto Minerva. De outro lado, o parágrafo - 1º do Art. 14 da Lei 5692/71 se aplica a estabelecimentos convencionais de ensino a quem compete, nos termos do "caput" do Artigo, exercer o encargo da verificação do rendimento escolar, o que pode ser feito nos cursos supletivos mantidos por estabelecimentos de ensino, de acordo com as normas da Del. 14/73, cada um dos quais é uma unidade e estruturada com profissionais de ensino legalmente habilitados em cada disciplina, não só para ministrar o ensino, mas também para acompanhar o aluno, ou a classe, dia a dia, e ir fazendo ele mesmo, competentemente, a avaliação no processo, e ainda assim, se o estabelecimento de ensino houver por bem dispensar a prova final. Não é de modo nenhum exatamente o regime de radiodifusão-professor à distância radioposto, monitor no local, fascículo.

2-06 - Os alunos de recepção organizada e controlada só poderão ser matriculados com idade que lhes permita prestar os exames supletivos logo após terminarem o curso, isto é, com 18 anos.

2-07 - Acompanhando a declaração de voto da nobre Conselheira Maria de Lourdes Mariotto Haidar, no Parecer n° 1137/72, parece-me que se deve elevar o nível mínimo do preparo do Monitor ao nível de 2º grau.

Em face do exposto pode-se admitir o seguinte:

II - CONCLUSÃO

Voto favoravelmente à aprovação da proposta apresentada pela Secretaria da Educação de realizar, no Estado de São Paulo, mediante

entre aquela Secretaria e o Serviço de Radiodifusão Educativa do Ministério da Educação e Cultura (S.R.E:), sob a coordenação do Programa Nacional de Teleeducação (PRONTEL), um Curso Supletivo, modalidade Suplência, em nível das 4(quatro) últimas séries do 1º grau, fase II- do "Projeto Minerva" - no período letivo de 2 de fevereiro a dezembro de 1977 - 11 meses- e de janeiro a maio de 1978 - 5 meses, para atender a 9.800 alunos de recepção organizada e a 15.000 alunos de recepção controlada, com idade que permita a realização dos exames supletivos com 18 anos completos.

Fica a Secretaria da Educação autorizada a realizar, para os supramencionados alunos, exames supletivos especiais, previstos no citado Projeto.

São Paulo, 9 de março de 1977.

a) Cons. JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR

Relator

III - DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU adota como seu Parecer o Voto do Relator.

Presentes os nobres Conselheiros: JOÃO BAPTISTA SALLES DA SILVA, JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR, MARIA DA IMACULADA LEME MONTEIRO, e MARIA DE LOURDES MARIOTTO HAIDAR.

Sala da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, em 9 de março de 1977.

a) Cons. MARIA DE LOURDES MARIOTTO HAIDAR - Presidente

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 16 de março de 1977.

a) Cons. LUIZ FERREIRA MARTINS - Presidente